



A GUERRA - ASPECTOS MORAIS, ECONÔMICOS E PSICOLÓGICOS

Ney da Silva Oliveira

As várias definições existentes sobre a guerra, como fenômeno social, enfatizam os aspectos organizacional e voluntário dos conflitos armados. *A guerra é uma violência programada, dirigida e regulada.* Suas normas fundamentais são antiquíssimas; já constavam dos papiros egípcios das primeiras dinastias e nos cantos da *Iliada*, de Homero.

As pesquisas psicanalíticas têm analisado os conflitos humanos, com a finalidade de descobrir-se o motivo que impulsiona os homens para a guerra, desde os tempos primitivos.

Sem dúvida, aqueles conflitos situam-se na origem do fenômeno guerra e, como qualquer tendência primitiva, suas próprias origens não são facilmente reconhecíveis e definidas.

Podemos considerá-los como um tipo de relação entre dois ou mais sujeitos sociais, conseqüente a uma *discordância de objetivos*. Tal discordância, geralmente, associa-se a uma possibilidade limitada de os diversos sujeitos sociais satisfazerem simultaneamente a todos os seus desejos.

Em uma situação desse gênero, ou as partes conflitantes tratam de neutralizar alguns de seus objetivos, buscando outras fontes de satisfação, ou uma delas trata de se opor à ação da concorrente, por meio de uma contraposição direta, pronta a infligir, conscientemente, danos ao oponente e a suportar pesados ônus para conseguir seus intentos.

Verifica-se, pois, que a *contraposição de objetivos* é a causa de todos os conflitos sociais, desde os

tempos mais remotos. A própria Bíblia narra a origem da primeira violência.

Fornari estabelece ligação entre os mitos e tendências guerreiras do indivíduo e sua necessidade de defender-se, de forma paranóica, do espectro da morte, o que faz projetando externamente a capacidade destrutiva que tem dentro de si.

Parece apropriado considerar-se que essa função primordial da agressividade humana mostre-se ativa não só entre as sociedades primitivas, como, também, em meio às sociedades modernas e evoluídas. Intimamente, o homem moderno não está muito distante de seu longínquo ancestral neolítico.

Em meio às religiões monoteístas, a guerra tem sido encarada como uma necessidade de defesa e de expansão, guiada e regulada minuciosamente por normas religiosas.

Os profetas do Antigo Testamento intervinham diretamente junto aos reis de Israel para transmitir-lhes as ordens de batalha e as condições para estabelecimento da paz. Com o Novo Testamento, o entendimento mudou em direção à paz, e começou a ser difundida a concepção cristã de fraternidade universal. O processo evolutivo, como se nota, foi e é extremamente lento, a ponto de a total realização cultural cristã ainda não se ter completado.

Já o Islamismo, em sua visão integral da vida, considera todos seus crentes como missionários de fé e entende como santa a guerra de expansão religiosa.

A essas visões filosóficas e ético-religiosas, rapidamente esboçadas aqui, devemos acrescentar outras considerações.

Segundo o enfoque sociológico, a guerra é considerada como a forma mais violenta de interação de grupos sociais. No entanto, o aspecto cruento dos conflitos não mereceu grande atenção dos "pais" da Sociologia, que viam, nessa nova ciência e na nova sociedade industrial, a cultura regeneradora, que teria superado os princípios guerreiros da sociedade feudal e dinástica. As guerras, entretanto, continuaram a existir, e a sociedade industrial se desenvolveu juntamente com tal fenômeno social.

Hoje, os sociólogos procuram analisar a guerra em todos os seus aspectos, procurando uma fórmula para estruturar os conflitos sociais e individuais, de modo a poderem elaborar modelos de equilíbrio que possam conter e conduzir, de maneira mais racional, a agressividade do homem e dos grupos sociais.

No campo jurídico-moral, verifica-se que as normas legais têm procurado, sempre, dar um aspecto legítimo aos conflitos armados. No entanto, somente a concepção doutrinária da "guerra justa" fez com que, pela primeira vez, esse fenômeno fosse submetido à crítica sob o enfoque de sua avaliação moral. Assim nasceu o conceito do "*jus in bello*", isto é o *direito na guerra*, como regra jurídica internacional. O tratamento jurídico dos conflitos, inicialmente limitado a simples *normas restritivas* ("*jus ad bellum*"), só recentemente

te e com o advento dos grandes organismos internacionais passou a compreender verdadeiras *normas proibitivas* ("*jus contra bellum*").

AVALIAÇÃO MORAL DA GUERRA

A história da guerra, quanto à sua validade moral, pode ser dividida, pelo menos, de acordo com as obras relativamente mais recentes, em três grandes fases: a da *guerra justa*, a da *guerra como razão de Estado* e a da *guerra como crime*. O que equivale a dizer-se que, com o desenvolvimento da consciência social dos povos e da tecnologia militar, a guerra vem se mostrando, cada vez mais, um problema a exigir solução radical.

As justificativas da guerra através do direito, freqüentes na época em que vigorava a tese da *guerra justa*, mas não mais julgadas necessárias no auge da teoria da *guerra como razão de Estado*, reencontraram uma função bem precisa no quadro de um sistema internacional que, atualmente, considera *ilícita* a guerra como instrumento de resolução dos conflitos internacionais. A carta de S. Francisco, instituidora das Nações Unidas, é bem clara a esse respeito.

Em certo sentido, pode-se dizer que a medieval distinção entre "*jus ad bellum*" e "*jus in bello*" tornou-se atual novamente.

Resumindo, nas três frases citadas, o *direito* tem considerado a *guerra*, respectivamente, como um *possível meio de justiça*, uma *prerrogativa da soberania*, ou como um *crime*. Não há dúvida quanto

ao fato de que a fase da *razão de Estado* tenha coincidido com a afirmação de um paradigma interpretativo das relações internacionais, hoje doutrinariamente superado, segundo o qual o sistema internacional é sede de anarquia e de conflitos permanentes.

De acordo com tal teoria, que teve seu ápice na doutrina do *Estado-potência*, no século XIX e no início do século XX, com Hegel, Ranke, Treischke e Meinecke, qualquer *Estado*, independentemente de sua estrutura interna, é condicionado em sua política externa pela natureza anárquica do sistema internacional e tende, em consequência, a buscar continuamente a consolidação de sua própria *potência*, mesmo tendo que violar normas morais e jurídicas.

Segundo essa teoria, em suma, *a guerra é justa porque é necessária*.

Nas fases da *guerra justa* e da *guerra como crime*, notadamente nessa última, o paradigma é outro: *a guerra é necessária desde que seja justa*.

É interessante, portanto, considerarmos a evolução da doutrina de "*bellum justum*".

A primeira distinção entre *guerra justa* e *guerra injusta* é de Santo Agostinho, mas foi S. Tomaz quem teorizou as condições — uma *formal e objetiva* e duas outras *substanciais e subjetivas* — da *guerra justa*, que são:

- a declaração de guerra deve ser feita por autoridade legítima;
- deve existir uma "*justa causa*";

— o beligerante deve ter uma intenção reta.

Uma quarta condição, definida doutrinariamente, é a da *necessidade*, ou seja, a da impossibilidade de se fazer justiça com outros meios.

As tentativas no sentido de incorporar-se a doutrina da guerra justa ao direito revelaram-se inúteis; daí, a tendência do direito internacional no sentido de desenvolverem-se normas para o controle das hostilidades quando elas tivessem início (*"jus in bello"*).

O sistema de "balance of power", do século XIX foi o quadro político ideal para tal concepção realística da licitude da guerra.

Mas tudo isso não diminui a grande importância que a doutrina da guerra justa teve a partir da época medieval. Essa importância teve, provavelmente, efeitos negativos, no sentido de que retardou o desenvolvimento de um sistema de normas jurídicas capazes de impedir situações incontroláveis nos conflitos bélicos; mas, indubitavelmente, aquela doutrina procurou, ainda que sem grande sucesso, estabelecer normas diferenciadoras do *"jus in bello"*, derivadas das premissas do *"jus ad bellum"* (uso da força proporcional à injúria sofrida, direitos dos combatentes e dos prisioneiros etc.).

De fato, o *"jus in bello"* se desenvolveu independentemente e como conseqüência de derivar, em menor grau, da convicção de se poder estabelecer concretamente a legitimidade do recurso à guerra, hoje considerado como um fato extrajurídico.

A dissolução do sistema europeu de "balance of power", ao término da I Guerra Mundial, despertou de novo a atenção sobre a necessidade de se reconsiderar a idéia de *"jus ad bellum"*.

Segundo alguns autores, a Sociedade das Nações e as Nações Unidas são mecanismos jurídicos inspirados na doutrina da guerra justa. Outros acham que a ONU considera violações além daquelas tratadas pela Sociedade das Nações.

Na realidade, verifica-se que tanto uma como outra, apesar das substanciais diferenças que apresentam quanto à licitude do recurso à guerra — mas sobretudo a ONU — superam a doutrina de "bellum justum", pelo menos quanto à vinculação, ao consenso da comunidade dos Estados, da determinação da legitimidade dos atos bélicos internacionais, enquanto que a doutrina tradicional pressupunha cada Estado singular habilitado a decidir sobre a natureza, justa ou injusta, daqueles atos.

Com a criação da ONU, surgiu uma modificação fundamental: a passagem do *"jus ad bellum"* ao *"jus contra bellum"*, ou seja, a consideração de que é ilícita qualquer forma de guerra que não esteja compreendida no quadro dos mecanismos de tutela coletiva ou de legítima defesa.

A base de tudo isso é, certamente, a mudança na natureza da guerra contemporânea, aliada ao inconcebível poder destrutivo das armas nucleares. E foi exatamente essa revolução tecnológica que contribuiu para colocar em crise a

validade moral da doutrina da guerra justa, considerada por muitos como extremamente perigosa, uma vez que se baseia mais no conceito de "*jus ad bellum*" do que no de "*jus contra bellum*". Outros, ao contrário, consideram a doutrina tradicional ainda aplicável à época atual, e, mais do que isso, necessária, na medida em que, ainda hoje, a abolição da guerra é considerada como uma utopia.

Mas, o argumento principal contra a doutrina da guerra justa parece referir-se ao fato de que ela postula a licitude de um Estado fazer justiça por si próprio e, implicitamente, a ilicitude do não uso da força armada quando existir uma justa causa.

É uma discussão certamente complexa e ligada à problemática sobre a paz e a não violência, o que a torna mais difícil ainda.

Parece ser possível afirmar-se, entretanto, que, em um sistema internacional profundamente mudado e em um estágio de desenvolvimento tecnológico capaz de tão enorme destruição, principais características da época que vivemos, o maior perigo para os Estados deriva propriamente da área de "domínio reservado" de cada um deles, que foge ao consenso da comunidade internacional.

A exigência de assegurar-se justiça não pode, hoje, prescindir da necessidade paralela de seguirem-se procedimentos multilaterais, que encontram substância jurídica, política e moral nas normas das Nações Unidas.

Verifica-se, portanto, que a evo-

lução da doutrina da guerra justa mantém ligação com a do direito internacional. É verdade que este último não conseguiu incorporar sempre tal doutrina; mas, certamente, sempre foi profundamente influenciado por ela.

O direito de guerra e o de neutralidade foram duas partes do direito internacional que evoluíram em função da influência da doutrina da guerra justa. E quando essa influência diminuiu ou foi contestada, eles, em consequência, sofreram profundas transformações, algumas vezes radicais, a ponto de poder-se tornar ilegítima, no espírito das Nações Unidas, a própria condição de Estado neutro.

A neutralidade clássica, de fato, fundamentada no dever de imparcialidade em relação a todos os beligerantes, independentemente da licitude ou da conduta dos mesmos, pôde-se afirmar na fase da *razão de Estado*, uma vez que fora operada a distinção entre *guerra e guerra ilícita*.

Mas, o retorno de tal distinção, o desenvolvimento tecnológico, a mudança de natureza das relações internacionais e a dificuldade de se distinguir precisamente a guerra e a paz significaram o declínio, aparentemente irreversível, dessa clássica instituição do direito internacional.

Como disse Sereni, "a neutralidade é um aspecto da guerra e pôde adquirir uma precisa caracterização somente quando a distinção entre guerra e paz foi nitidamente estabelecida".

Atualmente, quando a guerra é considerada um crime contra a hu-

manidade, qualquer recurso à neutralidade é julgado contrário à moral e ao direito.

PESQUISAS SOBRE AS CAUSAS DA GUERRA E SUA PREVISÃO

Uma análise das causas da guerra pode apresentar resultados tanto mais concretos quanto mais considerar os dados oferecidos pela realidade histórica.

O estudo de um grande número de guerras reais, realizado por Wright, demonstrou que as causas dos conflitos bélicos podem ser divididas em cinco categorias: causas *ideológicas, econômicas, psicológicas, políticas e jurídicas*.

Mas a classificação em uma ou mais dessas categorias não é suficiente para um estudo completo da guerra. Análises ulteriores devem tratá-la em três níveis distintos: o *individual, o grupal (Estado)* e o de *sistema de grupos (Sistema internacional)*.

Em nível *individual*, as análises efetuadas mencionam as *decisões conscientes* e as *motivações inconscientes* individualizadas no âmago do fenômeno guerra. Quanto às primeiras, pode-se afirmar que as guerras pressupõem, sempre, a necessidade de *organização* (K. Deutsch); ainda sobre elas, é oportuno realçarmos o pensamento de Theodore Abel, expresso em seu artigo "The Element of Decision in the Pattern of War", publicado em 1941, na *American Sociological Review*, após uma análise particularizada de 25 guerras históricas: "*A racional e calculada decisão é tomada muito antes do início das ações bélicas (...). A de-*

cisão de realizar uma guerra precede a eclosão das hostilidades em cerca de um a cinco anos". Quanto às motivações inconscientes, parece-nos suficiente citarmos, simplesmente, os estudos psicanalíticos, como os de Sigmund Freud e William Bullit.

Em *nível de grupo (Estado)*, devem ser considerados os subsistemas *governativo, legislativo, econômico, os grupos de pressão* etc. As análises realizadas neste nível mostram, por exemplo, que a guerra não mantém relação direta com regimes absolutistas, mais do que com regimes democráticos. Ocorrem em ambos, com frequência independente do regime adotado. Com base em estatísticas, Wright afirma que "*a paz tem produzido a democracia, mais do que a democracia tem gerado a paz*". Ainda nesse nível, verifica-se que as grandes potências causam mais conflitos do que as médias ou pequenas potências. No entanto, tal resultado, nos dias atuais, é contestado à luz da mudança de natureza da guerra, como consequência da tecnologia nuclear. Realmente, hoje, parece mais perto da verdade a afirmação de que *as guerras são privilégio das pequenas potências*.

Não obstante a importância indubitável das conclusões das análises efetuadas no nível Estado, outros estudos mostram que a política exterior dos diversos países sofre maior influência das situações externas. Nesse particular, as análises situam-se em *nível de sistema internacional* e mostram que cada sistema tende para a *autoconserva-*

ção (conceito de *homeostase*), pelo que a guerra é explicada, em termos sistêmicos, como um instrumento para a manutenção do equilíbrio ("*balance of power*").

Esse último nível de análise mostra-se particularmente adequado ao estudo das possíveis causas de uma guerra nuclear. De fato, aqui, a interação parece prevalecer sobre a ação.

Herman Kahn enumera quatro hipóteses sobre a origem de um futuro conflito dessa natureza entre os blocos ocidental e oriental:

— guerra nuclear não intencional;

— guerra nuclear como resultado de um erro de avaliação;

— guerra nuclear calculada;

— guerra nuclear "catalítica" (desde que provocada por um terceiro personagem).

Como se vê, o ambiente externo ao Estado exerce um papel preponderante.

Obviamente, uma explicação completa dos conflitos bélicos pressupõe uma indagação acurada sobre cada um dos três níveis de análise considerados. A bem ver, as idéias apresentadas situam-se em uma escala temporal que vai das inelutáveis *condições básicas* (nível do processo decisório ou individual), às *causas mediatas ou indiretas* (nível grupal ou de Estado) e, finalmente, às *causas imediatas ou específicas* (nível de sistema de grupos ou internacional).

A ciência dos conflitos é um novo ramo de ciência que se propõe a analisar as causas individuais, sociais, históricas e culturais dos mesmos. Seu empenho é enorme

porque se trata de examinar filogeneticamente toda a história social e etnológica da espécie humana.

Várias outras ciências estão confluindo nesse sentido: a Biologia, a Sociologia, a Sóciobiologia, a Antropologia, a Etnologia, a Psicologia, a História, a Filosofia, a Religião, a Economia, o Direito, a Política, as ciências matemáticas e as militares, empenhadas, todas elas, em definir a completa evolução do fenômeno guerra, em um esforço tremendamente grande para conhecê-la em profundidade, a fim de se poder superá-la.

Quanto à mensuração dos fatores úteis ao estudo das causas da guerra, J. David Singer (*The Correlates of War Project*) organizou uma classificação geral para a descrição e a análise dos conflitos internacionais que, em diversos níveis, prevê três classes de variáveis:

— os atributos físicos (materiais), estruturais e culturais das entidades sociais;

— as ligações e relações entre essas entidades;

— o comportamento que elas manifestam.

Uma das hipóteses fundamentais, que se situa como base de qualquer pesquisa nesse particular, é a segundo a qual a estrutura do sistema é mais importante que seus atributos culturais e, talvez, também mais que os físicos ou materiais.

Com base na idéia de que a probabilidade de ocorrência de uma guerra é função da distância existente entre os Estados e das políticas por eles adotadas, Wright, numa tentativa de efetuar previ-

sões válidas, distingue oito aspectos ou categorias das referidas *distâncias*:

- tecnológica (T);
- estratégica (St);
- intelectual (I);
- jurídica ou legal (L);
- social (S);
- política (P);
- psíquica (Ps);
- expectativa (E) (expectativa diante da força).

Tais *distâncias* são mensuráveis, ainda que de modo não absolutamente perfeito, constituindo, por isso, importantes *indícios* para a previsão das guerras.

A *análise das políticas* dos Estados é, porém, mais importante, para fins de previsão, que as *distâncias* entre eles.

Entre os métodos utilizados na avaliação das probabilidades de ocorrência de um conflito armado, vale a pena citarmos o de L. F. Richardson, que consiste na extrapolação das tendências de determinados *indícios*, como os balanços militares e o comércio internacional. Também deve ser ressaltado o de O. Holsti, pelo qual devem ser medidas, periodicamente (pelos conhecidos *tensiómetros internacionais*) algumas variáveis relevantes: posicionamento, comportamento, capacidade etc.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA GUERRA

Considerada sob o ponto-de-vista econômico, a guerra apresenta-se como uma atividade que exige uma preparação minuciosa e dispendiosa, desde o equipamento e

o adestramento das forças armadas para as ações bélicas futuras, até, *pelo menos*, a obtenção dos primeiros sucessos, que permitam a obtenção de recursos em território inimigo ocupado.

É impossível um país engajar-se em uma guerra sem, previamente, ter acumulado recursos de toda a ordem (mão-de-obra, matérias-primas, maquinaria etc.). Tal circunstância faz com que esse fenômeno social seja assemelhado a uma verdadeira empresa econômica.

A guerra começa mesmo antes da eclosão das ações bélicas, isto é, inicia-se com uma *acumulação de capitais*, dinheiro ou materiais, que se torna tanto mais vultosa quanto maior for sua duração prevista.

Em suma, qualquer guerra implica, antes de tudo, em problemas de financiamento ou, pelo menos, de produção e acumulação de recursos, cuja solução clássica consiste na formação de um *tesouro bélico*.

A maior parte das cidades da Antiguidade possuía um tesouro de guerra, depositado nos templos. A potência militar de Atenas se elevou consideravelmente com a descoberta de ricas minas de prata, cujo produto permitiu-lhe construir uma frota que a tornou a maior potência naval do Mediterrâneo Oriental. Igualmente, a grande disponibilidade de recursos permitiu que a República mercantilista dos Países Baixos organizasse exércitos permanentes, formados por mercenários, que constituíam o que havia de melhor na Europa, na época. Da mesma forma, o aflu-

xo de metais preciosos oriundos do Novo Mundo permitiu que a Espanha experimentasse um notável desenvolvimento militar, tornando-lhe possível a adoção de uma política imperialista na Europa Ocidental.

Nos dias atuais, a prática do tesouro bélico continua a existir, sob a forma de reservas bancárias, que representam, indiretamente, o ouro, fato comprovado tendo em vista que as mesmas são postas em circulação no momento da guerra, diminuindo ou aumentando em função dos resultados do conflito.

Alguns consideram ser esse o melhor instrumento para se verificar o verdadeiro vencedor de uma guerra.

A esse respeito, é interessante notarmos que, após 1918, as reservas de ouro da França atingiram um volume jamais alcançado antes; já em 1945, as mesmas estavam praticamente esgotadas. Nos vinte e cinco anos que sucederam o término da II Guerra Mundial, a maior parte do precioso metal estava depositado em Fort Knox, constituindo o formidável tesouro de guerra dos EUA.

Parece que o ouro continuará ocupando sua posição de relevo no sistema econômico internacional. Sua importância, de fato, aumenta significativamente nas ocasiões de agravamento das perturbações sociais.

Outro fator a ser destacado na preparação econômica para a guerra são os *balanços militares*.

Em todos os Estados organizados, uma parte do produto nacional é destinada aos gastos militares

com pessoal e material, com o que a preparação da guerra funciona como instrumento de redistribuição daquele produto.

Sob esse aspecto, nos dizeres de Keynes, a preparação bélica contribui para a realização do *pleno emprego* e, de certo modo, para a consecução do *equilíbrio econômico*. Em decorrência, as despesas militares parecem, assim, bem integradas no sistema econômico dos Estados, a ponto de admitir-se que uma brusca supressão das mesmas crie graves problemas.

Ocorre, também, que os balanços militares deixam de se apresentar como fator de equilíbrio econômico interno a partir do momento em que um Estado é obrigado a importar armamentos, matérias-primas etc. Nesse instante, de fato, passam a surgir problemas de balanço comercial ou de pagamentos, com todas as questões de câmbio monetário neles compreendidas.

A guerra de 1914-1918 convulsionou repentinamente o câmbio na Europa, onde as diversas moedas apresentavam-se estáveis. Desde então, a situação veio piorando cada vez mais, à medida em que os armamentos e equipamentos foram se sofisticando, tornando proibitiva a condução de uma guerra com forças militares sumariamente armadas e equipadas.

Isto provocou o declínio progressivo das potências que não dispõem de vasta base territorial e, sobretudo, das que não possuem matérias-primas suficientes.

A França, por exemplo, antigamente, possuía uma forte cavala-

ria, cuja manutenção repousava sobre a produção agrícola nacional. Atualmente, suas forças aérea, naval, motorizadas, blindadas e mecanizadas obrigam-na a importar enormes quantidades de petróleo.

Em qualquer época, os Estados têm concebido técnicas e doutrinas econômico-monetárias voltadas, em última análise, para a proteção e o incremento de seus tesouros de guerra e potenciais econômicos bélicos.

As modernas estratégias econômicas de controle de divisas, no fundo, nada mais são que respostas a esses problemas.

Algumas teorias muito difundidas consideram os fatores econômicos como causa primordial das guerras, chegando a admitir que todas as outras razões existentes reduzem-se, apenas, a simples motivos ou condições que favorecem sua eclosão.

Todavia, a palavra *econômico(a)*, em si, tendo em vista o modo abrangente segundo o qual é empregada, é suscetível de gerar interpretações confusas e, até mesmo, pontos-de-vista opostos.

Incontestavelmente, toda guerra gera, quaisquer que sejam suas causas, perturbações econômicas. Em outras palavras, todas as guerras provocam conseqüências no campo econômico. Mas, para se poder afirmar que os fatores econômicos são a origem das mesmas, é necessário ficar demonstrado que as causas ou, pelo menos, o movente do conflito são exclusivamente de ordem econômica e que representam, realmente, o ele-

mento inicial e determinante de sua eclosão.

Em realidade, bem poucas são as guerras que atendem a tal exigência. Os exemplos menos discutíveis a esse respeito são aquelas provocadas pelas tribos primitivas de estrutura econômica rígida, que atacavam seus vizinhos para apossarem-se de suas reservas de alimento. Essas, sim, podem ser consideradas exclusivamente econômicas.

Pode-se dizer, na verdade, que os fatores econômicos têm papel fundamental no processo da guerra, em todas as suas fases. Tal influência é ambivalente e, às vezes, contraditória, como no caso da I Guerra Mundial.

A esse respeito, muitos economistas consideram a guerra de 1914 como provocada pela *abundância* da produção industrial alemã, enorme naquela época, e sua própria *carência* quanto às matérias-primas de que necessitava.

Se verificarmos a situação mundial, a partir do século XVIII, notaremos que a guerra ou simplesmente a ameaça de sua eclosão interferem grandemente sobre a conjuntura econômica, em três estágios distintos: *conjuntura pré-bélica*, *conjuntura bélica* e *conjuntura de reparação*.

No primeiro, o exemplo mais interessante nos é mostrado pela economia alemã de 1933 a 1939, caracterizada por uma poupança obrigatória, formação de estoques e desenvolvimento de indústrias metalúrgicas e químicas.

Tudo isso provocou uma época de grande prosperidade alemã,

com a oferta de trabalho excedendo a procura, salários elevados e indústrias funcionando a pleno ritmo. Foi uma época de euforia total.

A conjuntura bélica caracteriza-se por um consumo acelerado dos bens acumulados. As indústrias e os produtores continuam a trabalhar ao máximo de sua capacidade.

Enfim, ao término das hostilidades, a conjuntura de reparação encontra-se diante de uma estrutura econômica profundamente modificada. A aparelhagem do setor que se dedica à fabricação de bens de produção, enormemente estimulada no curso do conflito, encontra uma ocupação largamente suficiente nas atividades de reconstrução dos danos de guerra.

Todavia, terminada a reconstrução, tem lugar a ameaça de paralisação dos diversos setores de trabalho, com a conseqüente ameaça de desemprego para a vultosa mão-de-obra empregada até então. Surge a situação de crise, com as alternativas de solução: deixar-se uma parte do parque industrial se arruinar, ou procurar-se salvá-la.

Até agora, a solução adotada tem sido um retorno aos programas de rearmamento, o que, dentro de um certo prazo, abre condições para a eclosão de novo conflito.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA GUERRA

Todas as guerras têm, sem exceção, conseqüências de caráter demográfico.

O impressionante *crescimento da mortalidade* é um aspecto cons-

tante nas ocasiões de conflitos armados. Esse aumento varia conforme as características da guerra e, ainda, em relação às fases de cada uma delas.

Normalmente, o vencedor sofre perdas constituídas, em sua maior parte, de pessoal militar. O vencido, constrangido a suportar a invasão das forças oponentes, a ocupação, as devastações e as destruições sistemáticas em seu território, experimenta perdas mais numerosas e diferenciadas.

Em qualquer caso, porém, as perdas diretas consistem, essencialmente, de pessoal jovem, uma vez que, na organização bélica moderna, as tropas em serviço ativo, ou seja, o pessoal mais jovem, são empregadas primeiramente.

Na guerra de 1914-1918, essas tropas foram literalmente dizimadas nos primeiros meses de combate. Na ordem de batalha dos exércitos romanos, que comportava três linhas sucessivas de combatentes, os mais jovens também eram empregados em 1º escalão.

Diminuindo drasticamente os indivíduos das faixas etárias mais jovens, a guerra, conseqüentemente, provoca a diminuição da força reprodutora mais expressiva dos beligerantes, o que conduz ao inevitável *decréscimo* dos respectivos *índices de natalidade*.

Esses dois aspectos — crescimento da mortalidade e diminuição da natalidade — provocam, obviamente, em muitos casos, a ocorrência de *déficit demográfico*.

Em suma, tudo se passa como se a guerra fosse uma função social caracterizada pela acumulação de

“capital humano” no âmbito de uma sociedade, o qual, em um dado momento, sofre uma considerável e brusca redução.

Alguns autores consideram que a estrutura demo-econômica de um grupo social — por eles chamada de *estrutura explosiva* — caracteriza-se, muitas vezes, por um excesso de população jovem em relação aos interesses essenciais da economia.

Tal situação cria uma predisposição ao impulso belicoso, que tende a anular-se através de emigração em massa ou por meio da guerra, essa última vista como uma “migração armada e organizada”.

A curva ascendente do processo de crescimento demográfico, em conseqüência, sofre um abaixamento ou, em casos extremos, despedaça-se completamente.

Parece adequado chamarmos de “relaxamento demográfico” o processo de eliminação ou de diminuição brusca do índice de natalidade que, inevitavelmente, ocorre entre as partes beligerantes, após o término de uma guerra.

Quanto à citada *estrutura explosiva*, podemos afirmar que um dos problemas mais apaixonantes da Sociologia consiste na questão de se saber se a *estrutura*, a *composição* e o *equilíbrio das sociedades* geram repercussões inconscientes sobre a disposição psicológica de seus componentes.

A esse respeito, pode-se indagar se aqueles elementos induzem os indivíduos a certos impulsos coletivos, suscetíveis de serem liberados conforme as circunstâncias.

Na base de tudo, encontra-se o procedimento contraditório adotado pela sociedade: o medo em relação à guerra e a conseqüente preocupação com a necessidade de defesa contra uma agressão externa levam a sociedade a estimular o nascimento de futuros soldados; todavia, tal multiplicação populacional pode alarmar os países vizinhos, além de provocar estímulos agressivos no âmbito da própria sociedade.

Os jovens disponíveis e com dificuldades de encontrarem emprego tornam-se predispostos à turbulência e passam a constituir uma força perturbadora do equilíbrio social.

A canalização dessa predisposição em direção a uma guerra civil, uma cruzada ideológica, uma emigração ou um conflito externo depende dos pontos de baixa resistência por eles enfrentados, da conjuntura histórica e de suas tendências ideológicas.

O grande problema é, sem dúvida, saber-se utilizar essa carga agressiva.

Pode-se constatar que, de modo geral, os períodos de guerra sucedem os de crescimento demográfico. Por exemplo, a Guerra do Cem Anos sucedeu o fortíssimo desenvolvimento da população no início do século XIV; a Guerra dos Trinta Anos seguiu o também notável nível demográfico do século XVI; e assim em muitos outros casos.

A experiência histórica demonstra, então, que nenhum grande conflito armado encontra explicação se não se levar em conta o cli-

ma particular criado por uma situação de superpopulação.

Admitindo-se essa premissa, a guerra não parece poder ser considerada como um fato original, mas sim um *epifenômeno*, uma *manifestação patológica de desequilíbrio social*, particularmente de ordem demográfica, uma *reação característica da psicologia social*, definida como *impulso belicoso coletivo*.

Numerosas hipóteses têm sido formuladas a respeito da função primária da guerra. Segundo alguns, ela serve para perpetuar a espécie, através da morte dos indivíduos e da seleção dos melhores e mais fortes.

Os pacifistas discordam dessa teoria, considerando-a como defensora de uma seleção retrógrada, uma vez que a guerra provoca, geralmente, a morte dos mais jovens e vigorosos. Por outro lado, no reino animal, a luta diz respeito a membros de espécies diferentes, enquanto a guerra ocorre exclusivamente entre homens, não havendo, assim, nada a correlacioná-la com a perpetuação da espécie.

Realmente, se quisermos encontrar uma função biológica para a guerra, necessitaremos buscá-la não quanto ao aspecto de seleção da espécie humana. Essa função, provavelmente, não poderá ser diferente da de *destruição*, que parece muito mais duradoura no campo demográfico que no campo econômico. De fato, as despesas e as perdas econômicas derivadas de uma guerra podem ser rapidamente absorvidas graças às indenizações pagas pela parte vencida etc.

Os mortos, ao contrário, somente podem ser substituídos no decurso de uma geração, duração mínima da flexão demográfica.

Essa parece, em verdade, a verdadeira função biológica da guerra. As estruturas demográficas são as primeiras a sofrerem seu impacto e a se ressentirem de suas conseqüências; a guerra, portanto, é uma verdadeira migração, que extirpa do grupo social nela envolvido um certo número de homens, através de seu distanciamento e de sua destruição.

Enfim, a guerra, embora não seja o único, é um dos fenômenos mais brutais de adaptação das populações humanas.

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA GUERRA

Os grupos humanos acompanham, em determinados momentos, ondas de impulsos belicosos, em um estado de ânimo coletivo que conduz a maioria de seus componentes a desejar a guerra ou, pelo menos, a aceitar a idéia de sua realização.

Uma das características das sociedades humanas é o fato de que elas sempre têm em mente a guerra, ainda que não a desejem em todos os momentos.

Então, quais as constatações e os raciocínios através dos quais a consciência de uma coletividade se convence de que impõe-se uma guerra, em um determinado momento? Como e em quais circunstâncias nasce nas classes dirigentes e no povo o desejo por uma guerra?

Uma série de pesquisas efetuadas pode servir de ponto de partida para respondermos a essas indagações.

Tais pesquisas mostram as *estreitas relações* existentes entre a *agressividade* e a *frustração*.

Esse último sentimento surge quando qualquer obstáculo nos impede de satisfazer uma expectativa ou de atingir um determinado fim.

Constatou-se que a irritação provocada pela frustração, e que se traduz em agressividade, não é endereçada necessariamente a quem a causou. Assim, por exemplo, o empregado que foi maltratado por seu patrão descarrega, muitas vezes, sua irritação sobre sua mulher e filhos.

Constatou-se, também, que a frustração econômica incrementa a agressividade. Na vida política, a agressividade provoca o descontentamento em relação à classe dirigente, à administração pública ou ao partido político que detém o Poder. As difíceis condições econômicas, a diminuição do nível de vida, a desocupação etc. traduzem-se, nos países democráticos, no sucesso da oposição.

Convém citarmos que as *reações* às frustrações podem-se revestir, ocasionalmente, de uma forma de certo modo *depressiva*. Em tal caso, a *resignação* substitui a agressividade, e tem lugar uma regressão mental dos indivíduos, que retornam a um estado inferior de vida intelectual.

Considerando-se o indivíduo isoladamente, não há dúvida de que a agressividade associa-se ao

vigor físico ("*puer robustus homo malus*"). Em todas as espécies animais, os machos jovens são particularmente turbulentos e belicosos.

Todavia, as coisas assumem um outro aspecto quando se consideram as reações de *agressividade coletiva*. Aqui, aquelas reações tornam-se mais *regulares* e parecem ser parte de um *automatismo inconsciente*.

Dessas considerações, pode-se deduzir que um fenômeno como o estudado seja tanto mais evidente quanto mais numeroso for o grupo. Basta que consideremos, a propósito, o fato social que tanto impressionou os precursores da Sociologia: a *agressividade da multidão*, com seus saques, linchamentos etc. Onde quer que haja uma multidão, repentinamente enfurecida, ocorrem destruições, mortes etc.

Malgrado isso, uma observação aprofundada indica que a multidão é, normalmente, passiva, submissa e conformista, e que as explosões de violência são, em regra, o resultado de uma prévia doutrinação ou de um posicionamento convencional.

O que caracteriza o *impulso belicoso de massa*, ao contrário da agressividade individual ou de um grupo pouco numeroso, são, antes de tudo, a *profundidade* e a *duração*, de tal forma que provocam um *estado de ânimo* mais que uma ação violenta imediata.

É esse estado de ânimo da sociedade que representa a necessidade de um período de lutas e destruições ou a resignação a uma ca-

lamidade considerada inevitável.

Então, a guerra representa, indubitavelmente, a solução catastrófica em direção à qual são dirigidos nossos mais intensos complexos coletivos.

Começadas as hostilidades bélicas, uma série de outros aspectos se faz presente.

Assim é que os indivíduos pertencentes às sociedades que participam do conflito armado, agora combatentes, são introduzidos em um *universo psicológico totalmente novo*, no qual os valores antes vigorantes aparecem literalmente mudados. Desse modo, por exemplo, aqueles que antes se opunham à pena capital passam a achar natural a morte de um indefinido número de pessoas e, mais que isso, passam a matar.

Em suma, o mundo das relações sociais se transforma, aparecendo sob uma ótica totalmente diferente daquela do tempo de paz.

Deve-se, também, distinguir a *psicologia dos vencedores* da *psicologia dos vencidos* bem como a *dos agressores* da *dos agredidos*, o que não é fácil, uma vez que os políticos, genericamente falando, conseguem disfarçar ou minimizar as coisas, de modo a fazerem aparecer como legítima defesa uma guerra de agressão.

Não obstante, parece-nos possível afirmar que, considerados os dois campos opostos, a intenção de atacar é sempre mais forte em um deles do que no outro.

Em termos individuais, o porte e, sobretudo, o uso de armas constituem um privilégio para muitos dos combatentes; em maior medi-

da, passam a fazer com que surja, neles, um *complexo de superioridade*, na maioria das vezes indesejável e pernicioso, como definido pela expressão: "Na humanidade, a superioridade é reconhecida não ao sexo que gera, e sim ao que mata", que explica, também, o complexo de inferioridade das mulheres em relação aos homens.

Existe, na guerra, um aspecto moral incontestável, que nem mesmo os mais intransigentes pacifistas podem negar. Ela exalta virtudes das mais nobres: a coragem, o devotamento, a fidelidade, a amizade, a lealdade e muitas outras, que a humanidade, em todos os seus estágios de civilização, sempre admirou e prestigiou.

Mas, a guerra desenvolve, também, a brutalidade, gerando, em muitos dos que dela participam, ante o senso do perigo constante, o desejo de gozar imediatamente as vantagens que se oferecem, sem respeitar nada e ninguém, dentro do pensamento: "Para quem vive de minuto a minuto, de batalha em batalha, o tempo não existe. A compensação futura é quimérica. O prazer do momento vivido é a única certeza válida".

Já entre os dirigentes, os aspectos a serem destacados são outros. Nesse particular, dizia TOLSTOI: "É incrível como o capricho de um chefe ou de uma inexpressiva minoria possa conduzir à guerra uma nação pacífica".

Isto era possível, a rigor, na época das guerras dinásticas, mas inteiramente impraticável nos conflitos contemporâneos, cujas dimensões exigem uma participação

positiva, às vezes entusiástica, de toda a nação.

Partindo-se dessa premissa, é possível reconhecer-se que os dirigentes não são nunca a causa absoluta de uma guerra; eles não fazem mais do que responder ao desejo dos respectivos povos. É verdade que, quando as coisas não correm bem, servem de motivo expiatório da culpa coletiva, como muitos exemplos demonstram.

Todavia, a História nos mostra que Chefes de Estado, muitas vezes, vêem a guerra como uma solução para os problemas que enfrentam. Quando a situação interna torna-se muito difícil, uma declaração de guerra passa a constituir uma saída tentadora. Alguns autores afirmam, apesar do paradoxo, que a guerra, nesse sentido, é o repouso dos governantes, permitindo-lhes impor, aos cidadãos, o silêncio, a submissão, a obediência passiva, as privações e a suspensão de eleições, o que os torna inarredáveis de suas funções.

A guerra é, também, o meio através do qual os mais obscuros políticos, uma vez que ela tenha sido declarada e tido início, transformam-se muitas vezes, em notabilidades, objeto de fervor e de acatamento. Mesmo que sejam cruéis e dissolutos, como Júlio César, ou astutos e impetuosos, como Aníbal, a vitória lhes assegura o amor profundo de seus patrióticos. Enfim, a guerra transforma muitos deles em entes sagrados.

A análise dos comportamentos individuais e coletivos apresentados após o término de uma guerra tem sido objeto de atenção por

parte da Polemologia, na procura das conseqüências psicológicas da guerra.

O fim da guerra gera uma imediata e intensa sensação de euforia, surgida, primeiramente, entre os combatentes, que vêem terminarem, com ela, as ameaças, os perigos e os riscos de vida sob os quais viveram até então.

Para o país vencedor, a euforia se explica facilmente. Conseguiu seu objetivo e espera as vantagens advindas de sua vitória: anexações territoriais, indenizações e outros benefícios.

Os vencidos enfrentam situações as mais variadas, desde a submissão total aos vencedores, capitulação incondicional, até a simples aceitação de um tratado ligeiramente desvantajoso.

Não obstante, até mesmo os vencidos vêem o fim da guerra com enorme alívio. Se seu território é ocupado pelos vencedores, alimentam a esperança de uma breve evacuação, que cessem as requisições a que são obrigados a aceitar, que seus cidadãos feitos prisioneiros lhes sejam devolvidos e que não sofram mais constrangimentos.

É claro que nem sempre isto ocorre com tanta simplicidade, particularmente nos casos em que a guerra tenha causado destruições excessivas, que tornam problemático um retorno à vida normal.

Assim, por exemplo, o alívio sentido ao fim da II Guerra Mundial foi menos intenso do que o que acompanhou o término da Grande Guerra, em 1918. Pela primeira vez, em 1945, a Europa pôde sentir concretamente as con-

seqüências de uma guerra geral e de dimensões nunca experimentadas antes.

Enfim, todos passaram a saber, por experiência própria, que ao fim de uma guerra não se segue, necessariamente, o advento da prosperidade.

CONCLUSÕES

Freqüentemente, fala-se sobre a função social da guerra, vista como um mecanismo de estabilização do poder ou da economia, de regulação do crescimento demográfico, de desvio das tendências antisociais e de desenvolvimento das ciências e da tecnologia.

O advento da arma nuclear, entretanto, permite que se afirme que, atualmente, a guerra se vê privada de qualquer função.

Como conseqüência, desenvolveu-se uma tendência, cada vez maior, no sentido de que sejam buscados meios de controle e alternativas para os conflitos armados.

Essa busca parte da constatação de que os instrumentos de controle tradicionais, isto é, as normas jurídicas e éticas, não têm impedido as guerras. Segundo estudos recentes, em 3.400 anos de História, a humanidade teve, apenas, 234 anos de paz, definida em termos de ausência de conflitos armados. De acordo com os cálculos de Singer, do Congresso de Viena aos dias atuais, houve mais de 90 guerras.

A guerra, para os homens de hoje, começa a ser menos evanescente e inconsciente, o que não quer dizer que seja um fenômeno

superado, que não ocorrerá mais.

O espectro do conflito armado continuará a existir entre os homens durante um tempo indeterminado, pelo menos enquanto as culturas mais evoluídas não se convencerem de que a situação atual tornou a guerra um fenômeno inadmissível e não difundirem uma visão pacífica por todo o mundo.

Tempos atrás, aquelas culturas sucumbiam diante das menos desenvolvidas mas mais violentadas. A História está cheia desses exemplos. Parece, até, que isso constitua uma lei natural.

Entretanto, hoje, a ciência e a tecnologia podem vir em socorro daquelas mais evoluídas. De fato, atualmente, os povos de maior progresso são os industrializados e democráticos, que, além de suas idéias pacifistas, têm, também, uma forte capacidade de organização e uma potência tecnológica imensa.

Se as *divergências ideológicas* forem superadas, o próximo problema a ser enfrentado será o de controlar os *nacionalismos exasperados* que se apresentam em alguns países, o *desenvolvimento irregular* das nações mais recentemente emancipadas, as *visões egocêntricas*, a *explosão demográfica*, o *desfrutamento* e a *distribuição irracional* dos recursos e as *relações* entre os diversos povos.

A "astronave Terra", como a chama Bouthoul, está se tornando pequeníssima e "sua tripulação e seus passageiros" não podem continuar a ignorar-se e, pior ainda, a